

ESCRavidÃO NA ÁFRICA E A DIÁSPORA PARA O BRASIL

Lucas Herculano LIMA*

Ítalo Vinícius Gomes de LIMA**

Orientador: Luciano Mendonça de LIMA***

“A história do negro brasileiro não teve início com o tráfico de escravos. É uma história bem mais antiga, anterior a escravidão nas Américas, à vida de cativo” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006:13). Para entendermos a escravidão no *Novo Mundo*, é preciso conhecer algo sobre a História da África, territórios, costumes, padrões sociais e como os europeus alteraram o significado da escravidão africana.

O objetivo do nosso trabalho é apresentar ao leitor um panorama da escravidão africana, antes da chegada dos europeus. “Na cabeça de muitos ainda predomina a idéia de uma África romântica, onde a exploração de homens, mulheres e crianças foram introduzidas pelos europeus” (REIS, 1987:5).

Os africanos, assim como outros povos em todo o mundo, praticaram a escravidão desde tempos remotos, portanto, “a África esteve intimamente ligada a esta história, tanto como fonte principal de escravos para as antigas civilizações, o mundo islâmico, a Índia e as Américas, quanto como uma das principais regiões onde a escravidão era comum” (LOVEJOY, 2002:29). Diferente da transformação ocorrida com a escravidão após a chegada dos europeus, a África desenvolveu uma forma “*diferente*” da escravidão, que não podemos considerá-la como exploração do trabalho (REIS, 1987). Havia, no entanto, exceções. A escravidão em larga escala – ou *plantation* - também existiu na África e os escravos trabalhavam no mesmo molde, de intensa exploração, que os escravos transportados para o *Novo Mundo*. Como verificamos no Daomé, um dos reinos africanos, no qual os trabalhadores escravos eram tratados de forma desumana, assim como seriam nas fazendas do *Novo Mundo*.

Os europeus, em especial os portugueses, já se faziam presentes no continente africano desde o século XV e embora a organização social e econômica da maioria das sociedades africanas girassem em torno de vínculos de parentesco, os europeus encontraram

* Graduando em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

** Graduando em História pela Universidade Federal de Campina Grande - UFCG

*** Professor da Unidade Acadêmica de História e Geografia da UFCG. Professor Pesquisador do Grupo de Estudos Nordeste Colonial. Doutor pela UFPE

“[...] sociedades africanas altamente desenvolvidas, demonstrando aptidão para a invenção de intrincados padrões de organização e cultura” (MELTZER, 2004: 229). Poderosos impérios de desenvolveram como o *Mali*, e reinos bem consolidados como o *Kongo*, estruturas de organização complexas a nível ocidental-europeu.

O principal meio pelo qual o indivíduo era transformado em escravo era por meio das guerras, “A escravidão quase sempre tinha início por meio de violência, que reduzia a posição de uma pessoa de uma condição de liberdade para uma condição de escravo. O tipo mais comum de violência era a guerra, na qual os prisioneiros eram escravizados” (LOVEJOY, 2002:32). Contudo, existem variações na organização de tal violência - existem guerras na qual o único objetivo é escravizar e por outro lado a escravização pode ser apenas um resultado da guerra e não a sua causa, com isso, a ligação entre ambas era estreita. Nesse sentido, até a chegada dos europeus, as guerras africanas eram pequenas e entre grupos locais, gerando um número pequeno de prisioneiros.

Mas havia outros meios, além das guerras, pelas quais os africanos se tornavam escravos. Em muitas sociedades africanas, o cativo era a punição para quem fosse condenado por roubo, assassinato, feitiçaria e, às vezes, adultério. A penhora, o rapto individual, a troca e a compra eram outras maneiras de se tornar escravo (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006). Existem exemplos de escravização voluntária, a exemplo do povo Sena de Moçambique, que nas épocas de seca a venda ou troca de um indivíduo garantia a sobrevivência do grupo.

As sociedades africanas baseadas no parentesco têm sido caracterizadas por um modo de produção doméstico. Consistia em aprisionar alguém para utilizar sua força de trabalho, geralmente, na agricultura de pequena escala e familiar. A posse de escravos assegurava poder e prestígios para seus senhores, tendo em vista que estes representavam a capacidade de auto-sustentação da linhagem, a sua função era produzir escravos através da reprodução. No mercado interno africano, as mulheres e crianças tinham maior valor que os homens, pois desempenhavam importante papel nas estruturas sócias da África, tendo em vista que a fertilidade da mulher garantia a ampliação do grupo. Era legítimo as escravas se tornarem concubinas de seus senhores e os filhos da escrava-amante tornavam-se livres, e ela também ganhava a liberdade após, a morte do senhor. Assim o grupo podia crescer com o nascimento de escravos, com isso, fortalecendo as relações de parentesco e aumentando o número de subordinados ao senhor. No modo de produção doméstico “[...] o fundamental não é o controle dos meios de produção de bens, mas dos meios de reprodução de pessoas” (REIS, 1987:10).

É importante observar que entre as sociedades africanas, a escravidão não significava a extinção legal dos direitos humanos. Para os africanos o escravo era:

“Uma espécie de *parente* - com direitos diferentes dos outros parentes, diferentes posições na família e no lar, mas, no entanto, uma espécie de parente. Os escravos tinham de ser ou capturados ou adquirido de seus parentes, que “*os vendiam como escravos*”. Isto significa que, como uma forma de exílio, alguns grupos pegavam seus criminosos ou, geralmente, parentes não-desejados e executavam um ritual que “*rompia o parentesco*”, vendendo-os depois. O povo que comprava esses homens trazia-os para dentro de seus próprios grupos domésticos, agregando-os por vínculos de não-parentesco, mas semelhantes, às varias “*cabanas*” de uma família. Esses escravos de fato trabalhavam – geralmente o trabalho mais pesado – mas também casavam-se, inseriam suas famílias no grupo social e formavam uma parte legítima da família ampliada”.¹

“É simplesmente um despropósito falar de escravidão, conforme se entende o termo, legalizado ou existente nesta parte da África (Nigéria). É tolice. O sistema é patriarcal, não havendo nenhuma real diferença, socialmente, entre os escravos (chamados por seu protetor de filhos ou filhas) e os filhos da pessoa com quem eles vivem. Tais pessoas se unem por casamento e freqüentemente se tornam os *chefes de Estado*”.²

Falar de escravidão mulçumana é falar de um tipo mais comercial de escravidão. Os árabes ocuparam o norte da África entre o fim do século VII e metade do século VIII. A escravidão africana foi transformada com a ofensiva árabe. Estes organizaram e desenvolveram o tráfico de escravos enquanto atividade comercial (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

Através das jihad, guerras santas em que se dava a escravização dos infiéis, vários povos da África foram islamizados. Foi seguindo a trilha do povo berbere, africanos islamizados que viviam ao longo do deserto do Saara, que o islamismo ganhou adeptos ao Sul do deserto do Saara. Rotas comerciais ligavam o norte da África ao sul do Saara, por onde se

¹ Cf. Paul Bohannon Apud MELTZER. “História Ilustrada da Escravidão. Rio de Janeiro: Ediouro”. 2004.

² Cf. Martin R. Delany Apud MELTZER “História Ilustrada da Escravidão. Rio de Janeiro: Ediouro”. 2004.

davam as trocas comerciais. Já na metade do século IX os escravos eram os principais produtos dos caravaneiros do Saara.

Assim, o mundo árabe se tornou o único eixo de influência externa na economia da África, como afirma Lovejoy, “apesar da antiga tradição, a principal preocupação aqui é com a consolidação da escravidão no seu contexto islâmico, pois durante mais de setecentos anos antes de 1450, o mundo islâmico era praticamente o único eixo de influência externa na economia política da África” (LOVEJOY, 2002:47).

A intensificação do comércio de longa distância, através da demanda do comércio *transaariano* e mais tarde do *tráfico atlântico*, exigia o aumento do número de cativos. Daí o que distingue a escravidão mulçumana é a organização da *produção de escravos* para atender a demanda, a criação de *sociedades especializadas* na captura de cativos para negociá-los. Através dessa escravidão ampliada e a sua articulação com o comércio de longa distância, tivemos a formação de Estados na África. Pois como vimos, o cumprimento do aumento da demanda por escravos só seria possível com um Estado organizado e com um eficiente corpo militar à disposição do Estado para manter o controle social e para a produção de escravos. Há autores que não consideram o tráfico de escravos perversão exterior, pois o tráfico ocasionou função estrutural no continente africano proporcionando o surgimento de Estados. Por outro lado, como afirma Manolo Florentino “há autores que, mesmo reconhecendo a participação africana no tráfico, não vêem nela em elemento estrutural. É o caso de Gorender, para quem o tráfico não passava de um elemento exógeno à África.”³ (FLORENTINO, 1997: 74). Porém, essa função estrutural do tráfico deve ser analisada como uma *rua de mão dupla*, pois na medida em que o tráfico possibilitou a prosperidade e a força militar de uns, por outro lado determinou a miséria de outros grupos africanos.

Inicialmente os escravos eram prisioneiros capturados nas guerras santas. Assim como na escravidão doméstica, as mulheres e crianças eram preferidas em maior número do que os homens. Como os filhos dos escravos eram constantemente assimilados pela sociedade mulçumana, era preciso novas importações de cativos e como a exigência religiosa é que os cativos fossem pagãos, acabou tornando a África negra uma importante fonte de escravos.

As funções desempenhadas pelos escravos eram as mais diferentes. Os cativos eram usados no trabalho doméstico, agrícola, no governo e no serviço militar. A prática de emprego de escravos no exército e na burocracia se difundiu pela África subsaariana. (LOVEJOY, 2002).

³ Para um maior entendimento desse debate sobre Gorender ver: “Em encostas negras: história do tráfico de escravos entre a África e Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX” de Manolo Florentino

Portanto, “esses diferentes usos dos escravos, a distinção mais clara entre escravos e livres e o emprego ocasional de cativos nas atividades produtivas demonstram uma diferença nítida entre a escravidão das sociedades baseadas no parentesco e a escravidão da lei e da tradição islâmicas.” (LOVEJOY, 2002:50).

Com a invasão árabe a escravidão doméstica africana foi se transformando em escravização em larga escala. A partir do século XV, com a chegada do europeu, esse processo ganhou dimensão intercontinental e ocasionou a saída de milhões de africanos rumo ao *Novo Mundo*.

Como vimos anteriormente os europeus, em especial os portugueses, já se faziam presentes no continente africano desde o século XV em busca das riquezas africanas. À primeira vista os africanos olharam com desconfiança para os portugueses, por isso nada lhes foi facilitado. Mas, os europeus foram insistentes e “construíram em Arguim, em 1445, a primeira feitoria portuguesa fortificada” (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006: 22). Vencida a desconfiança dos africanos e feitas as primeiras trocas comerciais, estava estabelecido o modelo de intercâmbio entre europeus e africanos que predominou por toda época do tráfico, “[...] constituíam-se verdadeiras enclaves litorâneos, onde, a partir de alianças políticas, comerciais e militares, com as autoridades nativas, trocavam-se manufaturas europeus ou tabaco e aguardente americanos por cativos”.(FLORENTINO,1997:85).

O comércio transatlântico ocasionou danos profundos à sociedade africana, pois, “a atração do mercado atlântico tinha o efeito de afastar ainda mais as formas locais de escravidão de uma estrutura social na qual o escravismo era apenas uma entre outras formas de dependência pessoal, para um sistema no qual os cativos desempenhavam um papel cada vez mais importante na economia.” (LOVEJOY, 2002:51). Uma das mais importantes conseqüências do comércio europeu foi à transformação da escravidão de característica marginal da sociedade para uma importante instituição.

A Chegada dos Cativos ao Brasil

Relato do viajante Ellis, ao observar em 1816 o navio negreiro atracando no porto na Baía de Guanabara:

Nossa paisagem, porém, pareceu afetá-los pouco. A maior parte desses seres infelizes estava [no convés] quase imóvel, embora não percebêssemos que estavam acorrentados; alguns dirigiam para nós um olhar de aparente

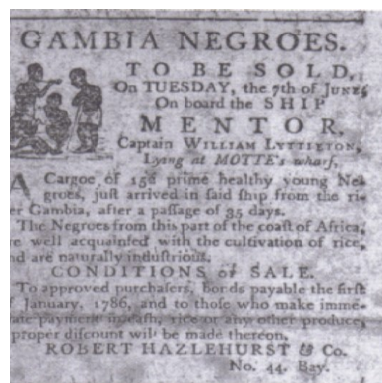
indiferença; outros, com seus braços dobrados, pareciam acobrunhados pela tristeza; enquanto muitos, debruçados na amurada, olhavam para as ilhas verdes da baía, as montanhas rochosas e toda a exuberância selvagem da paisagem sorridente [...]. (KARASCH, 2000:515)

Depois de uma longa travessia ao longo dos navios negreiros, os cativos chegavam ao Brasil de forma alarmante, com os corpos dilacerados e mostrando-se as formas mais precárias que os navios impunham. Magros e debilitados com várias doenças sobre a pele como sarnas, vermelhidão sobre os olhos e problemas de oftalmia. Posto a sua chegada eram encaminhados para as diferentes partes do Brasil como Rio de Janeiro, Salvador, Fortaleza, Recife, o comércio começava a desconstruir a vida dos cativos neste momento, se iniciando a perda de identidade Africana. A grande circulação que se fazia ao longo das capitânicas gerava um tipo de comércio produtivo, fazendo-se necessárias grandes importações de cativos da África, esta movimentação comercial de escravos no Brasil atendia diversos segmentos que a colônia começava a produzir desde o açúcar no Nordeste e postumamente no século XVIII a descoberta de ouro nas Minas Gerais. Os centros de distribuição de escravos eram mais fortes em Salvador e Rio de Janeiro, onde enviavam escravos para a região das Minas e ademais para a região Norte da Colônia. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006)

Após o desembarque nos portos a grande tensão dos traficantes era vender os cativos para seus respectivos compradores, tendo o desembarque às autoridades fiscais começava contar e verificar o número de filhos “das crias”. Sendo o pagamento feito a partir de escravos maiores de três anos, depois disso os traficantes começavam a vender os africanos até mesmo chegavam a leiloar próximo aos postos alfandegários. (KARASCH, 2000).

Os escravos geralmente eram levados para grandes armazéns onde ficavam na espera de serem comprados, muitos não resistiam e acabavam morrendo na espera, ficavam em exposição aos seus compradores que exigiam dos traficantes uma boa mercadoria⁴, os traficantes viam-se preocupados com o negro pelo fato que os cativos deveriam apresentar um bom estado físico para serem negociados, geralmente eram organizados por forma de idade, sexo e nacionalidade.

⁴ Por entendemos de boa “mercadoria” se tem o conceito que negro deveria possui pele negra macia, órgãos genitais nem grandes, nem pequenos e umbigo pequeno e boa musculatura. Ver. KARASCH, Mary C. A vida dos escravos no rio de Janeiro. São Paulo: Ed. Companhia das letras. 2000. p. 82 e seguintes



1. *Jornal anuncia a venda de carregamento de escravos*

Os traficantes para deixar os negros bem vistos geralmente faziam que os africanos da mesma etnia raspassem cabelos uns dos outros e a barba, como também passava óleo sobre seu corpo onde se perfazia um corpo mais jovem para interesse dos compradores, os negociadores de escravos também tinham preocupação quanto à relação das doenças que atingiam a demanda de escravos. Uma doença que ficou bastante conhecida nesse período foi o escorbuto conhecida como “*Mal de Luanda*” a falta de vitamina C era algo ainda proveniente dos navios negreiros que atingia boa parte de escravos que aqui chegavam, outra doença também presenciada foi o “*O Banso*”. As negociações de escravos obedeciam a uma série de critérios para um bom negócio entre vendedor e comprador entre essas, condições de comprar e preço, tendo-se outra questão era de quais escravos estavam mais aptos para o trabalho duro, a escolha dos mais adultos eram feita de maneira preferencial.

Uma vez escolhido o escravo ou escrava, vendedor e comprador discutiam preços e condições de venda. **Caso não tivesse doenças, o homem adulto normalmente era vendido por preço mais alto do que as mulheres e crianças menores de dez anos.** Os fazendeiros que compravam todo um “lote” de escravos muitas vezes empenhavam colheitas futuras de café ou açúcar para pagá-los. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006:54). [grifo nosso].

Um exemplo de como era a chegada dos cativos ao posto de negociações entre traficantes e compradores. A foto ilustra de alguma forma este tipo de procedimento:



2. *Chegada dos Cativos ao Rio de Janeiro. De Rugendas*

A venda de escravos era munida de acordos, tratados e leis comerciais que tornava o tráfico algo extremamente lucrativo, o escravo era peça de uma comercialização que se tramitava a partir de (vendas, trocas, empréstimos, aluguel), que circundava entre dobrões ou doblas, com um valor de 12\$600 e posteriormente a partir de 1814 com um valor variante dependendo do escravo em negociação. A partir de 1850 com o fim do tráfico negreiro, remessas enormes de africanos entravam na costa brasileira sob a condição de mercadoria. Outros negociantes comercializavam como mascates e tropeiros, geralmente compravam pequenas remessas de africanos e os vendiam nas cidades interioranas, tinha-se também uma grande exportação de escravos das cidades brasileiras para países na América dos Sul como Chile, Argentina, Bolívia, Uruguai. (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006).

Ainda discutindo os armazéns que confinava os cativos, tem se o relato de um dos armazéns que mais recebeu os escravos africanos, esse era localizado na Rua Valongo, da Paróquia de Santa Rita na cidade do Rio de Janeiro, a Rua do Valongo tinha em média cerca de vinte mercados, onde os escravos eram destinados à venda e acabavam ficando longos períodos à espera de serem comprados.

Já em 1817 se tinha cerca de cinquenta salas que possuíam por volta de 2000 escravos, em exposição para serem vendidos (KARASCH, 2000). Os maus tratos eram freqüentes nos mercados da Rua Valongo, a falta de humanismo com os cativos, os levava para um estágio deprimente aos olhos de alguns compradores. Posta esta enorme barbaridade chegava-se em cerne de várias mortes ali, até mesmo um cemitério veio a se formar naquelas proximidades destes mercados, a grande ocorrência de mortes nos armazéns acabou que superlotando o cemitério e resultando em um grande amontoado de cadáveres que ficavam expostos ar livre prejudicando as pessoas que moravam próximo ao cemitério, presenciavam um ambiente insalubre que a cidade do Rio tomava.

“Em 1821 e 1822, pediram que o cemitério de escravos fosse retirado do Valongo porque os enterros em massa os atormentavam com doenças, muitos males e “mau cheiro””. (KARASCH, 2000:77). Outro fator de preocupação dos negociantes era a não entrada dos cativos em estágio de “nostalgia”, este levava boa parte dos escravos a um processo de autonegação, acarretando muitos escravos a virem cometer suicídio. Para reverter esta situação os negociantes arrumavam uma série de artifícios para que os escravos não demonstrassem um estado deprimente para os compradores, entre esses se devem citar pimenta usada como estimulante gástrico e intestinal gengibre e tabaco como também colocavam as músicas dos países africanos para que os cativos recordassem do país mãe e reagissem com dança, mostrando assim um traço de que estavam em pleno estado para serem comercializados.

Crescimento da População Negra no Brasil

A grande demanda de negros escravizados no Brasil tomou grande extensão, tendo como principal fator a necessidade de mão-de-obra para realizar trabalhos árduos, posto que o Brasil tornava-se grande exportador de produtos tropicais. Ao longo do século XIX mostra-se que o Brasil detinha uma população negra por volta de 3.818.000 pessoas, sendo que 1.930.000 eram escravas (ALBUQUERQUE; FILHO, 2006). Essa grande importação de escravos vinha como, resultado das grandes movimentações econômicas que era estabelecida no eixo Brasil – Europa, a necessidade de trabalhadores vinha se tornando cada vez maior ao longo do tempo.

Com o declínio da produção de ouro nas Minas, se teve uma retração no número de importações de escravos por voltar de 10 mil antes de 1808, porém com a chegada da Família Real Portuguesa em 1808 no Rio de Janeiro, houve um aumento significativo no número de cativos com um acréscimo superior a casa dos 20 mil naquela cidade. Este aumento se deu por questões unicamente econômicas e demográficas, o tráfico que então não era proibido antes de 1850, ia exportando cada vez mais cativos da África para o Brasil, as cidades estavam em crescimento cada vez mais contínuo e a variação de cor se fazia cada vez presente no ambiente urbano, eram entres escravos africanos, escravos nascidos no Brasil, mulatos e negros livres.

“Em segundo lugar, na primeira metade do século XIX, escravidão no Rio estava em seu auge. Nem antes de 1808, nem depois de 1850, os escravos dominaram de tal forma a vida da cidade.” (KARASCH, 2000:77).

Um indicio dessa alta população negra no Brasil, foi o número de 80 mil em 1849 na cidade do Rio de Janeiro verificado pelo o censo. Segundo a autora Mary C. Karasch a “cidade do Rio neste momento tinha a maior população negra das Américas”. (op. cit., 2000: 28) Sendo desta maneira que o período de 1808-1850 foi de alto crescimento urbano na cidade do Rio.

Agora partindo do fim período colonial, a indicativa demonstra que o Brasil de cerca de 1,5 milhões de habitantes em meados de 1776, partiu para 2 milhões no início do século XIX e posteriormente para uma proporção de 3,5 milhões em 1819.⁵ A expansão agrícola foi um dos fatores responsáveis por este aumento, fazendo que boa parte da população escrava saísse da cidade para o campo e a importação do tráfico passasse de 20 mil para 40 mil escravos.

O aumento de negros livres e descendentes de negros livres, sendo os mais comuns os pardos, mostrou um elevado índice de crescimento de negros no Brasil. Estados como Bahia, Goiás e Minas Gerais os pardos passaram a compor um quadro de 30 por cento, ou até mesmo maior, mostrando desta forma como os negros vinham adentrando cada vez mais o Brasil. Segundo o autor Stuart Schwartz “A população negra, mulata e mestiça, estava em ritmo veloz.” (SCHWARTZ, 2001:133) este aumento foi acompanhado principalmente pela formação de uma população tipicamente rural. As cidades vinham aumentando sua população e novas estavam surgindo, entre os anos de 1780 e 1819 ainda no período colonial, a cidade de Salvador por volta de 1800 tinha um número de 50.000 habitantes e em 1820 o dobro, já no Recife o crescimento foi de 18.000 em 1782 para 34.000 em 1822⁶. O grande fluxo de importações de escravos para o Brasil formou grandes centros urbanos, que iam gerando uma comercialização interna do país e tornando-se também um centro exportador de produtos agrícolas. Sendo os números inexatos sobre a importação de negros no Brasil, esse aumento do contingente de escravos torna-se observado nos fins do período colonial e com a chegada da Família Real em 1808, como também as transformações econômicas que o país passava e a mudança do tipo de trabalho, de acordo com o produto que estava em alta. O escravo era forçado se habituar ao novo regime de trabalho que a economia o aplicava.

⁵ Cf. Alders; Luiza Marcílio. Apud SCHWARTZ. Escravos, Roceiros e Rebeldes. Bauru, SP: EDUSC, 2001

⁶ Para estes dados utilizamos “Escravos, Roceiros e Rebeldes” Stuart Schwartz, 2001. p.134

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FILHO, Walter Fraga. **Uma história do negro no Brasil**. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006. 320p

BAQUAQUA, Mahommah G. **Biografia de Mahommad G. Baquaqua**. Revista Brasileira de História, nº 16 (agosto/1988), PP.269-284.

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras**: história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro, séculos XVIII e XIX. São Paulo: companhia das letras, 1997.

LOVEJOY, Paul. **A escravidão na África, uma história de suas transformações**. Rio de Janeiro: CIV. Brasileira, 2002.

KARASCH, Maryc C. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro, 1808-1850**. Trad.: Pedro Maia Soares. São Paulo, 2000. 643p

MELTZER, Milton. **História Ilustrada da Escravidão**. Trad.: Mauro Silva. Rio de Janeiro: Ediouro2004. 53p

REIS, João José. **Notas sobre a escravidão na África pré-colonial**. Estudos Afro-Asiáticos, nº 14 (1987),PP.5-21.

SCHWARTZ, Stuart. **Escravos, roceiros e rebeldes**. Trad.: Jussara Simões. Bauru, SP: Edusc, 2001.305p

TAVARES, Luis Henrique Dias. **Comércio proibido de escravos**. São Paulo: Ática, 1988

THORNTON, John. **A África e os africanos na formação do mundo atlântico, 1400-1800**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.